

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
1. O tema. Sua relevância e as dificuldades que suscita.....	17
2. O sentido geral da regra do art. 944, parágrafo único do CC/02 .....	20
3. Premissas, diretrizes e marcos teóricos do trabalho .....	25
3.1. A crise do Direito Civil e da responsabilidade civil .....	25
3.1.1. A sociologização do Direito .....	25
3.1.2. Instrumentalização da responsabilidade civil.....	26
3.1.3. Reação: teorias sociais e fundamentos da responsabilidade civil ....	28
3.1.4. As funções da responsabilidade civil.....	32
3.2. O problema dos graus de culpa. A <i>culpa levissima</i> e certas hipóteses de evolução da responsabilidade civil .....	34
<b>CAPÍTULO I: EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA REGRA DE REDUÇÃO EQUITATIVA E ALGUNS ORDENAMENTOS ESTRANGEIROS</b> .....	39
4. Breve retrospectiva legislativa.....	40
4.1. Os Projetos de Código de Obrigações.....	40
4.2. A discussão da matéria no Projeto do Novo Código Civil .....	41
4.2.1. A formulação no Projeto original.....	41
4.2.2. A discussão na Câmara dos Deputados.....	41
4.2.3. A discussão no Senado Federal .....	43
5. Aproximação comparatística com a legislação estrangeira.....	44
6. Conclusões parciais .....	50
<b>CAPÍTULO II: A REPARAÇÃO INTEGRAL E SUAS EXCEÇÕES</b> .....	51
7. Reparação integral em sua dimensão normativa .....	52
7.1. Um princípio?.....	52
7.2. O problema da reparação integral dos danos extrapatrimoniais.....	54

7.3. Na legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 e o art. 944, <i>caput</i> , do CC/02 .....	55
7.4. O fundamento <i>privatístico</i> da reparação integral .....	57
8. Reparação integral e estimação dos danos .....	58
9. Exceções à reparação integral .....	61
9.1. O problema .....	61
9.2. A influência da situação econômica das partes no cálculo da extensão do dano a indenizar. A autonomia desse problema em relação ao do grau de culpa do agente.....	61
9.3. As limitações legislativas da indenização. O exemplo da indenização em caso de acidentes no transporte aéreo. Confronto com o princípio da reparação integral.....	63
9.4. <i>Punitive damages</i> como exceção à reparação integral.....	69
9.5. O ilícito lucrativo e sua repressão. A “ <i>amende civile</i> ” .....	74
<b>CAPÍTULO III: A CULPA E SEUS GRAUS</b> .....	77
10. A tripartição “não romana” da culpa na civilística .....	80
10.1. A suposta irrelevância da gradação .....	80
10.2. Um trabalho medieval consolidado pelos modernos .....	82
10.3. Quadro geral no Direito Romano .....	83
11. Admissões da tricotomia no Direito moderno. O caso brasileiro. Direito Civil e Direito Administrativo .....	85
11.1. O Direito Civil.....	85
11.2. Direito Administrativo sancionador .....	87
12. A responsabilidade civil e a culpa no Direito Romano .....	89
12.1. A <i>Lex Aquilia</i> .....	89
12.2. Do <i>damnum iniuria datum</i> ao <i>damnum culpa datum</i> .....	90
13. Os graus de culpa no Direito Romano .....	94
13.1. Introdução .....	94
13.2. Os critérios da responsabilidade contratual .....	95
13.2.1. O dolo, a custódia e a culpa .....	95
13.2.2. O fragmento de Ulpiano D. 50, 17, 23.....	96
13.2.3. Culpa lata e culpa levis .....	98
13.2.3.1. A culpa levis e a controvérsia sobre seu sentido no Direito clássico..	98
13.2.3.2. Culpa lata dolo aequiparatur.....	100
13.2.4. Celso D. 16,3,32 (“ <i>Lex quod Nerva</i> ”). Culpa latior e diligentia in quam suis .....	101
13.2.4.1. O fragmento .....	101
13.2.4.2. Diligentia in quam suis. Culpa in concreto e culpa in abstracto na in-	

<i>terpretação dos Glosadores e Comentadores</i> .....	102
13.3. A Culpa levíssima na responsabilidade aquiliana. As teses de G. MACCOR-MACK e de O. TELLEGEN-COUPERUS.....	103
14. A sistematização dos graus de culpa no Direito intermédio. <i>Deviatio a bono</i> . Síntese.....	107
15. O Direito moderno.....	108
15.1. A culpa bipartida .....	108
15.2. <i>A culpa in abstracto</i> e a <i>culpa in concreto</i> .....	110
15.2.1. Culpa subjetiva e culpa objetiva.....	110
15.2.2. A objetivação da culpa. Matizes .....	112
16. Síntese. O problema da culpa levíssima.....	115
<b>CAPÍTULO IV: A EQUIDADE</b> .....	119
17. A equidade em sua história .....	120
17.1. A <i>epieikeia</i> aristotélica .....	121
17.2. Direito Romano e <i>Aequitas</i> . A <i>interpretatio</i> .....	123
17.3. O pensamento tomista .....	128
17.4. <i>Aequitas</i> canônica.....	129
17.5. <i>Equity law</i> inglesa .....	129
17.6. Do jusracionalismo ao sistema jurídico do Século XIX.....	130
17.7. Sociologismo jurídico. Da <i>Interessenjurisprudenz</i> à Escola do Direito Livre. ....	133
17.8. Síntese .....	135
18. A equidade no Direito Civil brasileiro.....	136
18.1. Os limites legislativos ao recurso à equidade.....	136
18.2. As limitações pela lei processual.....	137
18.3. A equidade no Código Civil.....	139
18.3.1. A modulação equitativa no campo contratual .....	139
18.3.1.1. <i>Redução equitativa da cláusula penal</i> .....	140
18.3.1.2. <i>Modificação equitativa das condições do contrato para evitar resolução por onerosidade excessiva</i> .....	142
18.3.1.3. <i>Redução equitativa da indenização no contrato de transporte</i> .....	147
18.3.2. Equidade e graus de culpa no sistema de responsabilidade civil aquiliana .....	149
18.3.2.1. <i>Art. 928 do CC/02. A responsabilidade do incapaz</i> .....	149
18.3.2.2. <i>O art. 945 do CC/02: uma regra que não traz juízo de equidade</i> .....	152
18.3.2.3. <i>Art. 953, parágrafo único do CC/02</i> .....	154
18.3.2.4. <i>Art. 954 do CC/02</i> .....	159
18.4. Conclusões parciais e síntese.....	162

<b>CAPÍTULO V: REQUISITOS E DIRETRIZES DE APLICAÇÃO DO ART. 944, PARÁ- GRAFO ÚNICO, DO CC/02 .....</b>	<b>167</b>
19. Requisitos de incidência .....	167
19.1. Desproporção qualificada .....	167
19.2. O grau de culpa é leve.....	168
19.3. A aferição da culpa .....	170
20. Diretrizes de aplicação do dispositivo .....	171
20.1. A regra do art. 944, parágrafo único como meio de evitar prejuízo exces- sivo ao lesante .....	171
20.2. A regra não é base para admissão dos punitive damages.....	173
20.3. A análise das circunstâncias do caso concreto. A delimitação negativa do “juízo de equidade” .....	176
20.4. A posição do juiz quanto à redução. O problema da facultatividade .....	177
<b>CAPÍTULO VI: EXTENSÃO DE APLICABILIDADE DA REGRA DE REDUÇÃO INDE- NIZATÓRIA NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>181</b>
21. A extensão do art. 944, parágrafo único aos casos de responsabilidade objetiva .....	181
21.1. O problema .....	181
21.2. O risco e a responsabilidade objetiva.....	183
21.3. O fato das coisas e o fato de outrem .....	186
21.4. Inaplicabilidade da redução à responsabilidade objetiva .....	187
21.4.1. Fundamento da responsabilidade e inaplicabilidade da redução ..	187
21.4.2. Aproximações sistemáticas. Uma redução somente será possível por alteração legislativa .....	192
22. O problema da extensão à responsabilidade negocial.....	194
22.1. A culpa na responsabilidade contratual .....	195
22.2. Aproximações comparatísticas.....	200
22.3. Inaplicabilidade .....	201
23. O problema da extensão à reparação de danos extrapatrimoniais .....	204
23.1. Os danos morais no ordenamento jurídico brasileiro .....	204
23.1.1. As modalidades de dano.....	204
23.1.2. Aspectos conceituais do dano moral .....	204
23.1.3. O triunfo da reparabilidade do dano moral.....	205
23.1.4. A reparação do dano moral.....	206
23.1.5. Dano moral e cálculo equitativo .....	207
23.1.6. A natureza da reparação e o cálculo do dano moral .....	209
23.2. Aplicabilidade do art. 944, parágrafo único aos casos de dano moral.....	211

23.3. Um contributo para o estudo: a adoção do método bifásico de cálculo da reparação do dano extrapatrimonial pelo STJ .....	213
23.3.1. O método bifásico e sua adoção pelo STJ .....	213
23.3.2. A adoção do método bifásico como prova da aplicabilidade do art. 944, parágrafo único do CC/02 aos danos extrapatrimoniais .....	216
23.3.3. Uma breve apreciação crítica sobre a “segunda fase” do cálculo.....	217
24. O problema da aplicabilidade à relação consumerista.....	220
24.1. A regra de reparação integral no Código de Defesa do Consumidor .....	220
24.2. O afastamento de um “diálogo das fontes” .....	222
<b>CONCLUSÕES</b> .....	225
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	229